

Empresários confiam no Governo

São Paulo — Total confiança na política econômica do Governo. Essa foi a manifestação de alguns dos principais empresários que participaram ontem do almoço em homenagem ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A maioria considera que o crescimento deve ser mantido, que o déficit público será combatido com firmeza, que a inflação não recrudesce e que a dívida externa vai ser renegociada com os bancos estrangeiros, mesmo sem o aval do Fundo Monetário Internacional.

O diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz, destacou, após o almoço — uma iniciativa da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast) — que o clima não é de euforia, mas de otimismo. “Temos ainda muitos problemas pela frente e um dos principais é a renegociação da dívida externa, a qual, não temos dúvidas, acabará renegociada em bases favoráveis ao Brasil, queira ou não o FMI”, destacou.

Para Abílio Diniz — que deixou o Clube Paulistano junto com Dilson Funaro —, o Governo não está elaborando um simples “pacote” econômico, mas se preparando para lançar as bases de uma política econômica definida. “Vamos ter, enfim, regras lógicas e claras, capazes de garantir aos empresários e a toda a sociedade a segurança necessária para trabalhar e progredir”, afirmou o empresário.

Na opinião do diretor-superintendente do Grupo Votorantim,

Antonio Ermírio de Moraes, ninguém deve esperar conseqüências danosas do crescimento que ora se verifica na economia. “O crescimento é salutar. Não vejo a possibilidade de uma inflação de demanda, mas até isso seria preferível ao desemprego”.

Antonio Ermírio de Moraes entende ainda que a única maneira de derrubar os preços é produzir mais. Mas acha que isso só será possível quando o Governo acabar com os estímulos à especulação financeira. Segundo ele, os que pensam estar a economia acelerada demais esquecem-se que ainda há capacidade ociosa nas empresas.

Quanto ao déficit público, o diretor do Votorantim voltou a sugerir o fechamento de pelo menos 100 empresas estatais, o que eliminaria substancialmente os gastos do Governo, sem afetar o comportamento da economia. “Não queremos e não podemos comprar a Vale do Rio Doce, que é uma estatal que funciona muito bem. Mas também ninguém seria louco de comprar uma empresa como a Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (Cosim). Ora, basta que a fechem, que ela e outras iguais a ela não mais darão prejuízos à Nação”, propôs.

Ele calcula que a extinção de 100 estatais provocaria o desemprego de 50 mil a 60 mil pessoas que, no máximo em dois anos, seriam empregadas pela iniciativa privada em expansão.

Emírio de Moraes manifestou-se contra a tomada de novos empréstimos no exterior e fez uma sugestão que, segundo ele, poderia resolver em parte o problema do balanço de pagamentos do país: “Basta que os brasileiros que têm dólares no exterior tragam esse dinheiro de volta ao país. Acho que só aí teríamos um acréscimo de 30 bilhões de dólares”, observou ele, com um sorriso irônico.

Em meio ao otimismo geral, os empresários só manifestaram uma dúvida: até quando a economia suportará a manutenção da prática de concessão de aumentos salariais reais, acima, inclusive, dos ganhos de produtividade? — perguntou Abílio dos Santos Diniz. Segundo seus cálculos, a massa salarial (total de salários pagos no país) cresceu 24% de janeiro a agosto, estando, também, acima de aumento do salário real e da soma do salário médio real com a produtividade.

— Não sou contra a melhoria geral dos salários, mas a recomposição dos ganhos precisa andar mais devagar, sob o risco de um novo aumento da inflação, que já estava sendo controlada novamente — alertou Diniz.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, essa prática “poderá levar a uma inflação de demanda, mesmo porque a economia está crescendo além do esperado”.